



ENTREVISTA DA SEMANA
Max Russi - Deputado estadual e presidente da ALMT

Projetos e desafios da Assembleia Legislativa para impulsionar a economia e segurança em Mato Grosso - Pág. 3

Jornal Centro-Oeste
Popular
25 anos
fazendo
notícia

ESCÂNDALO



Diretor do Adauto joga culpa em Gilberto Figueredo pelas más condições dos funcionários da unidade

Funcionários denunciam más condições de trabalho, violência recorrente e possível conduta inapropriada dentro da unidade; Secretaria de Saúde afirma que investigará caso caso a denúncia seja formalizada - Pág. 5

FUTURO DO HOSPITAL



Santa Casa vai a leilão e governo avalia compra para manter serviços essenciais

O futuro da Santa Casa está sendo acompanhado de perto pelo Governo do Estado, que estuda alternativas para garantir a continuidade dos serviços de saúde prestados à população. Tanto o secretário de Saúde, Gilberto Figueiredo, quanto o deputado Júlio Campos destacaram o compromisso do Estado em manter atendimentos essenciais, como a oncologia pediátrica e a hemodiálise, mesmo diante do leilão.

Com uma dívida superior a R\$ 43 milhões, acumulada durante a antiga gestão do hospital, a alternativa encontrada foi leiloar a unidade hospitalar. O evento será organizado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), com valores estimados próximos à dívida, para

que esta possa ser quitada de forma definitiva.

Segundo o secretário Gilberto Figueiredo, o governo avalia a possibilidade de arrematar o imóvel da Santa Casa, com foco especial na continuidade do atendimento aos pacientes em tratamento contra o câncer. Ele garantiu que os tratamentos não serão interrompidos durante o processo de venda do hospital.

“Não deixaremos nenhum paciente desamparado, seja na área da oncologia, seja na neurologia. Cerca de 70% dos serviços prestados hoje pela Santa Casa serão transferidos para o novo Hospital Central, que oferecerá um nível de atendimento ainda melhor. O cidadão não terá prejuízo; pelo contrário” afirmou.

Leia mais na página 4

AGOSTO LILÁS

Jayne Campos cobra celeridade legislativa para enfrentar feminicídios: “Não podemos naturalizar essa violência”

Pág. 4

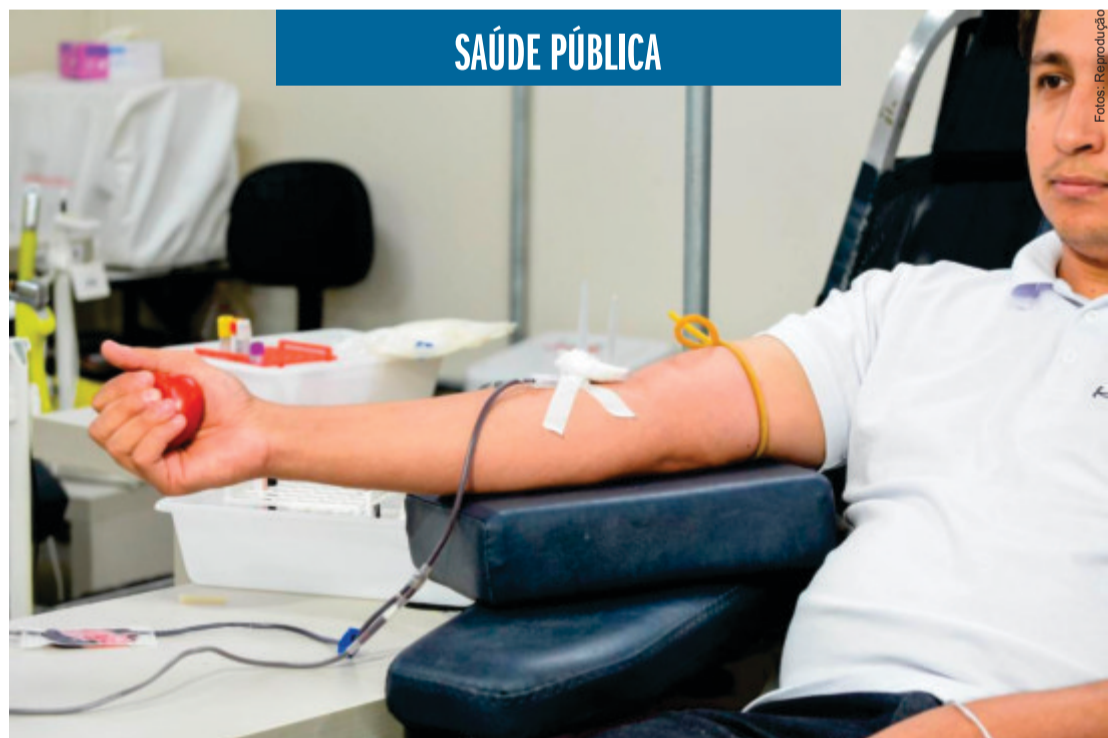
SAÚDE PÚBLICA

Venda irregular de medicamentos controlados é alvo de denúncias em drogaria de Cuiabá

Caso expõe fragilidade da fiscalização e ocorre em meio a crescimento bilionário do mercado farmacêutico no Brasil
Pág. 5



SAÚDE PÚBLICA



Com estoques de sangue baixo, Hemocentro faz um alerta para risco em atendimentos

Unidade reforça necessidade de doadores, especialmente dos tipos B- e O-, para garantir abastecimento e salvar vidas em Mato Grosso

Pág. 7



Por: Filipe Maia Broeto e Giovane Santin

“ **A suspensão de processos penais e, com ela, do prazo prescricional é atividade que viola frontalmente o princípio da legalidade, porquanto estabelece causas suspensivas inexistentes no plano legislado, com base em fundamentos meramente utilitaristas, escolhidos ao livre talante do Poder Judiciário** ”

O Tema 1404 do STF e a suspensão da prescrição: o que o réu tem a ver com isso?

O presente artigo busca analisar a questão relativa ao pedido feito pela Procuradoria-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE n. 1.537.165/SP, visando à suspensão de todos os processos penais em trâmite no país que discutam o acesso de órgãos de investigação a relatórios de inteligência financeira (RIFs) obtidos por encomenda.

Além do pedido de suspensão de todos os processos penais, o que chama a atenção e que será objeto do presente texto é o pedido, sem nenhuma base legal, de suspensão da “prescrição da pretensão punitiva nas ações que tenham identidade com o Tema n. 1.404”.

A necessidade de suspensão da pretensão punitiva do Estado, segundo argumentou a PGR, dar-se-ia para evitar “o cerceamento da atuação do Ministério Público visando à responsabilização pela prática de condutas ilícitas”. Essa postura, entretanto, além de não ter respaldo legal, parece querer alocar na Constituição Federal o inexistente “princípio da ampla acusação”.

A problemática toda está a ocorrer porque, a despeito de o STF ter supostamente delimitado a “possibilidade de compartilhamento com o Ministério Público, para fins penais, dos dados bancários e fiscais do contribuinte, obtidos pela Receita Federal no legítimo exercício de seu dever de fiscalizar, sem autorização prévia do Poder Judiciário” no Tema 990, há diversas omissões no julgado.

Apenas para explicitar algumas das questões não respondidas pela Suprema Corte no Tema 990, citam-se as seguintes, trabalhadas por Francisco Codvila: “(1) se o compartilhamento do RIF deve ocorrer somente por iniciativa do Coaf (compartilhamento espontâneo) ou se os órgãos de persecução penal podem solicitar a transferência dos dados armazenados pelo Coaf ou requisitar a produção de RIF (compartilhamento a pedido). (2) caso seja possível a iniciativa do MP e da polícia, considerando a autonomia da UIF afirmada pela Recomendação 29 do GAFI, se o Coaf deve somente compartilhar as informações pré-existentes, já disponíveis em seu banco de dados, ou diligenciar no sentido de obter outras informações junto aos sujeitos obrigados; (3) em relação aos dados pré-existentes, uma vez que o Coaf tenha concluído não haver informação relevante, se estaria obrigado a compartilhá-los quando houvesse pedido do MP ou da polícia; (4) se as expressões para a instauração dos procedimentos cabíveis, contida no artigo 15, da Lei nº 9.613/98, e para fins criminais, constante do teor da tese fixada, contemplam a possibilidade de uso efetivo dos dados financeiros pessoais compartilhados para fins de persecução penal, independentemente de autorização judicial”.

Diante de tantas lacunas, houve muitas divergências quanto ao alcance do Tema 990, a causar grande divergência tanto entre as turmas do próprio STF, quanto entre o STF e o STJ.

Devido ao cenário nebuloso e conturbado, o STF reconheceu a repercussão geral do RE 1537165, “em que se discute, à luz dos artigos 5º; X; XII; XXXVI e 129; VI; VII; VIII; e IX, da Constituição Federal, as seguintes hipóteses: (i) saber se o Ministério Público pode requisitar dados às autoridades fiscais, sem autorização judicial; e (ii) saber se o compartilhamento de dados fiscais pressupõe instauração de procedimento de investigação penal formal” e fixou o Tema 1404, com o enunciado “Provas obtidas pelo Ministério Público por requisição de relatórios de inteligência financeira ou de procedimentos fiscalizatórios da Receita, sem autorização judicial e/ou sem a prévia instauração de procedimento de investigação formal”.

A controvérsia, como se nota, se dá por diversas vertentes, de modo que cabe, de fato e de direito, à Suprema Corte decidir e delimitar o alcance e a forma do citado compartilhamento.

O que não se afigura coerente, no entanto, é “repassar” ao cidadão processado criminalmente o custo



Imagem: Criada por Kleber Simioni com recursos de IA da Microsoft Designer

temporal, psicológico, reputacional e patrimonial, deixando o próprio Estado decidir, sem qualquer obediência aos marcos legalmente estabelecidos e sem qualquer possibilidade de sanção decorrente dessa (de)mora, como (?) e quando(?) a matéria será julgada.

O processo, como já advertia Carmelutti, é uma pena em si mesmo, e a sua razoável duração (art. 5º, LXXVIII, CF) constitui direito fundamental que não pode ser anulado por mero utilitarismo, em prol da acusação e contra a defesa, para evitar “o cerceamento da atuação do Ministério Público”.

Como já se trabalhou em outra oportunidade, “a legitimação do Estado para exercer o direito de punir não autoriza que a atividade jurisdicional se prolongue demasiadamente”, justo porque “o tempo excessivo de duração do processo é aviltante para o acusado na medida em que produz a estigmatização e a degradação de sua identidade pelos traumas sociais e psicológicos causados pela persecução penal – principalmente se for submetido a medidas cautelares”.

No âmbito do direito penal econômico, a propósito, a (de)mora na persecução penal pode levar à “morte civil” do cidadão, o qual se vê, em muitos casos, praticamente aliado das atividades empresariais, em razão da crescente e questionável implementação de sistemas de compliance, os quais acabam por aniquilar, por exemplo, com o também constitucional princípio da presunção de inocência.

Nesse cenário, se o próprio Estado tem dificuldade de interpretar a legislação que ele próprio criou, é completamente ilógico e inconstitucional suspender o prazo prescricional para que esse mesmo Estado diga, com a calma que quiser, sem qualquer consequência sancionatória relativa à sua demora, de que forma se deve interpretar a legislação pátria.

Com efeito, se a prescrição –matéria de conteúdo constitucional e de expressa previsão legal– funciona “como uma espécie de pena imposta ao Estado em razão da inércia no exercício do poder punitivo”, não faz o mínimo sentido que esse Estado inerte suspenda o prazo previsto em lei para livrar-se a si mesmo da consequência sancionatória de sua inação.

A suspensão de processos penais e, com ela, do prazo prescricional é atividade que viola frontalmente o princípio da legalidade, porquanto estabelece causas suspensivas inexistentes no plano legislado, com base em fundamentos meramente utilitaristas, escolhidos ao livre talante do Poder Judiciário, em completo descompasso com a legislação vigente.

Além de violadora do princípio da legalidade, tal postura revela inegável afronta à separação de poderes e à razoável duração do processo, notadamente porque se trata de providência requerida pelo órgão maior da acusação, com reflexos não previstos em lei e direcionados exclusivamente aos cidadãos processados, que não deram causa nem à divergência jurisprudencial, nem à suspensão processual.

Por essa razão, conquanto a suspensão dos processos seja possível na hipótese de reconhecimento da repercussão geral da matéria (art. 1.035, § 5º, do CPC), o mesmo não ocorre com a suspensão do prazo prescricional (art. 116 do CP), que constitui instituto com repercussão penal material e em relação ao qual deve ser sempre respeitado o princípio da legalidade.

Filipe Maia Broeto

é advogado criminalista e professor de Direito Penal Econômico em nível de pós-graduação.

Giovane Santin

é advogado criminalista, doutor em Ciências Sociais pela Unisinos

EDITORIAL

Agosto: um mês, muitas causas, uma sociedade mais consciente

Agosto é um mês que carrega cores e significados diversos, cada um refletindo lutas fundamentais da sociedade. Em meio à correria do cotidiano, somos convidados a parar, refletir e agir diante de três importantes causas que se unem pela saúde, pela dignidade e pela vida. O lilás, o dourado e o laranja não são apenas cores no calendário: são alertas sociais que nos chamam à responsabilidade coletiva.

O Agosto Lilás marca a campanha nacional de conscientização pelo fim da violência contra a mulher, um problema estrutural que continua a deixar marcas profundas em milhares de brasileiras todos os anos. Criada em alusão à Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, a campanha visa mobilizar a sociedade para romper com o ciclo da violência, fortalecer as redes de proteção, e encorajar as denúncias. Ainda que avanços tenham sido conquistados, os dados continuam alarmantes. A violência de gênero não é um problema individual; é uma questão pública, que exige políticas efetivas, educação para a igualdade e o engajamento de toda a sociedade.

O Agosto Dourado, por sua vez, ilumina a importância do aleitamento materno, considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um dos pilares da saúde infantil. O dourado simboliza o “padrão ouro” do leite materno —

alimento completo, gratuito, sustentável e insubstituível nos primeiros meses de vida. Promover e proteger a amamentação é garantir um começo mais saudável para nossos bebês e uma maternidade mais amparada para milhões de mulheres. Amamentar é um ato de amor, mas também de resistência frente à desinformação, à pressão social e à falta de apoio institucional.

Já o Agosto Laranja reforça a conscientização sobre a esclerose múltipla, uma doença neurológica crônica e autoimune que afeta o sistema nervoso central, provocando sintomas muitas vezes invisíveis aos olhos de quem convive com o paciente. Por ser uma enfermidade pouco conhecida, o preconceito e o desconhecimento ainda são barreiras enfrentadas por quem recebe o diagnóstico. A campanha tem como objetivo informar, acolher e dar visibilidade às pessoas com esclerose múltipla, além de destacar a importância do diagnóstico precoce e do tratamento adequado para a qualidade de vida dos pacientes.

Três cores, três causas e um mesmo convite: o de construir uma sociedade mais justa, informada e solidária. O mês de agosto nos oferece a oportunidade de agir com empatia, ampliar nosso olhar e fortalecer compromissos com direitos humanos, saúde pública e inclusão.

EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR
Maykon Milas

DEPTO COMERCIAL
(65) 3052-6030 ou 3052-6031

FOTOS
Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE
Kleber Simioni

PAUTA
redacaocopopular1@gmail.com
admcopopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA FOGO



Crise na Saúde ameaça futuro de político

A situação precária do Hospital Adauto Botelho representa uma mancha que pode respingar diretamente na imagem do atual secretário estadual de Saúde, Gilberto Figueiredo, e comprometer suas pretensões eleitorais para 2026. A unidade hospitalar, que enfrenta problemas estruturais e de gestão, pode se tornar o calcanhar de Aquiles do secretário, que recentemente tem adotado uma postura mais ativa nas redes sociais, comportando-se como uma espécie de influenciador, algo que não se via até pouco tempo atrás. No entanto, enquanto busca visibilidade, sua assessoria tem deixado a desejar, ignorando questionamentos da imprensa e demonstrando falta de preparo diante da crescente exposição pública de Gilberto. Fica o alerta: tanto a saúde pública quanto a comunicação institucional exigem atenção redobrada, especialmente de quem almeja voos políticos mais altos.

Sem salário



Funcionários do Hospital Adauto Botelho denunciam que estão há mais de oito meses sem receber pelos plantões realizados. Médicos, enfermeiros e farmacêuticos, pilares da saúde pública, seguem trabalhando mesmo diante do descaso, situação que pode não ter chegado ao conhecimento do governador Mauro Mendes, conhecido por manter em dia os salários do funcionalismo público estadual. A denúncia, recebida pelo Jornal Centro-Oeste Popular, causa espanto e levanta um alerta urgente para o Ministério Público. A precariedade não se limita aos pagamentos: o hospital conta com apenas dois seguranças, um por turno, cuja função é proteger o patrimônio, não os profissionais que ali atuam em constante risco.

Presidência 2026



O ex-senador Cidinho Santos (PP) afirmou que a federação formada entre o União Brasil e o Partido Progressista (PP) pode apoiar o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), como candidato à Presidência da República em 2026. Segundo ele, Tarcísio é, até o momento, o nome "mais viável" para disputar o cargo, embora o grupo político não descarte a possibilidade de apoiar outros governadores com perfil semelhante. "O Tarcísio é o candidato mais viável, mas também está sendo avaliada a possibilidade de outros nomes, como o próprio Ronaldo Caiado, que agora faz parte da federação, além do Ratinho [Junior] e do Zema. Está em aberto", declarou. A fala ocorreu durante o ato de filiação da senadora Margareth Buzetti, que retorna ao PP, seu partido de origem.

Falha no presidio



Após duas recentes fugas registradas na Penitenciária Feminina Ana Maria do Couto May, em Cuiabá, e no Complexo Penitenciário Ahmenon Lemos Dantas, em Várzea Grande, o governador Mauro Mendes (União Brasil) reconheceu falhas na segurança das unidades prisionais. Em entrevista à imprensa, o chefe do Executivo afirmou que a Secretaria de Justiça de Mato Grosso (Sejus-MT) já está conduzindo investigações para apurar se houve facilitação por parte de servidores, incluindo possíveis envolvimento de policiais penais. Segundo Mendes, os casos são pontuais e não representam o cenário geral do sistema prisional, que, segundo ele, passou por mudanças significativas desde o ano passado, com decretos que restringiram o acesso às unidades. "Está tendo falha, já cobrei duramente a Sejus, que está investigando. Existem indícios muito fortes e, em breve, divulgaremos isso. Já tivemos 11 policiais penais presos, advogados e mais gente. As falhas serão apuradas, os responsáveis serão mostrados e penalizados", declarou o governador.

Rompendo legado



O deputado federal Emanuelzinho rompeu de vez com o legado político do pai, Emanuel Pinheiro, ao deixar o MDB e agora se afastar da linha de frente do partido. Com a saída de Carlos Bezerra da presidência, a deputada estadual Janaina Riva assumiu o comando da sigla em Mato Grosso, enquanto Emanuelzinho foi colocado como 5º vogal, um cargo secundário e genérico, que só assume funções em caso de ausência de outros dirigentes. O distanciamento ficou ainda mais evidente com a ausência do parlamentar no ato de posse da nova executiva estadual do partido, reforçando o clima de afastamento entre ele e a nova direção emedebista.

Max Russi - Deputado estadual e presidente da ALMT

Projetos e desafios da Assembleia Legislativa para impulsionar a economia e segurança em Mato Grosso

Foto: Assessoria



Em entrevista exclusiva ao Centro Oeste Popular, o deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Max Russi, falou sobre importantes temas que impactam diretamente a economia e a sociedade mato-grossense. Entre os assuntos, destaque para o projeto que prevê a redução em 30% do FETAB da vaca, uma medida que visa corrigir distorções no setor produtivo e beneficiar os agricultores locais. Russi também comentou sobre o futuro da Santa Casa, o combate à prática de rachadinha na política estadual, a valorização do turismo de pesca no Lago do Manso, a atuação conjunta da Assembleia com o Tribunal de Contas do Estado em questões de consignados, além das preocupações com manifestações envolvendo facções criminosas nas escolas públicas. Em um bate-papo transparente e direto, o presidente da ALMT expõe os desafios e avanços que o Legislativo busca para Mato Grosso.

“ O produtor estava tendo prejuízo, pois pagava o mesmo imposto, mesmo recebendo menos. Esse ajuste é uma correção que beneficia nossos produtores ”

I Lucas Leite | Da Redação

Centro Oeste Popular- O governo do estado deve encaminhar um projeto para reduzir em 30% o FETAB da vaca. O senhor está acompanhando essa proposta, quais são os principais impactos ou benefícios esperados para o setor e para a economia do estado com essa medida?

Max- A gente participou dessa discussão, que foi liderada pelo deputado Dilmar Dal Bosco. É uma pauta importante, porque existe uma diferença de preço, o valor pago ao produtor não é o mesmo que o valor de venda aos frigoríficos. O produtor estava tendo prejuízo, já que pagava o mesmo imposto, o mesmo FETAB, mesmo recebendo menos. Essa diferença na compra chega a 30%. Então, foi feito um ajuste, e a governadora acertou ao encaminhar esse projeto. Ele já está na Assembleia, e queremos avançar na votação ainda hoje, realizando duas ou três sessões, se necessário, para aprovar a proposta e encaminhá-la à sanção.

Centro Oeste Popular- Essa proposta tem alguma relação com o chamado "tarifaço"? Há risco de que ela represente, direta ou indiretamente, um aumento na carga tributária ou nos custos para os produtores?

Max- Não, essa é uma demanda antiga. Alguns produtores já apontavam isso desde que o FETAB foi criado. Por quê? Porque há uma diferença de preço, a vaca não é vendida pelo mesmo valor que o boi. Com isso, o produtor acabava tendo prejuízo. Então, essa proposta é apenas um ajuste, uma correção necessária, que vem para beneficiar os nossos produtores.

Centro Oeste Popular- Deputado, o senhor tem mantido diálogo com o governador sobre a situação da Santa Casa? Há algum avanço concreto ou novidade em relação ao futuro da unidade, especialmente diante do leilão e da possibilidade de intervenção do Estado?

Max- A gente tem a garantia do governador de que haverá uma nova estrutura de saúde naquele espaço, e é isso que nós queremos. Acredito que estamos caminhando nessa direção. Hoje, o secretário Gilberto foi convocado para vir até aqui justamente para tratar desse assunto específico. Estamos confiando na última declaração que ele deu, que foi bem clara: uma nova instituição de saúde deve assumir o prédio da Santa Casa.

Centro Oeste Popular- Presidente, como o senhor avalia o projeto de resolução apresentado pelo deputado Gilberto Cattani, que propõe proibir a posse de pessoas investigadas por prática de rachadinha na Assembleia Legislativa? A proposta surge justamente no mo-

mento em que a suplente Edna, que responde a um processo sobre o tema, assume o mandato. Qual é a sua posição sobre essa iniciativa e sua possível repercussão na Casa?

Max- Eu não conheço o processo da Edna, não tenho conhecimento sobre essa ação específica. Mas a prática da rachadinha é inadmissível. Acredito que qualquer pessoa que se envolva com rachadinha ou qualquer tipo de divisão irregular de salário deve ser expulsa da política. Isso não pode ser aceito, especialmente por quem ocupa um cargo de deputado. Agora, quanto ao caso dela em particular, não posso opinar porque não conheço os detalhes. Mas, de forma geral, a rachadinha é inaceitável, pois representa a subtração do salário de um servidor que está ali para trabalhar de forma honesta.

Centro Oeste Popular- Presidente, há uma proposta em andamento para transformar o Lago do Manso em um sítio pesqueiro, e ela já passou pela Comissão de Constituição e Justiça. Do ponto de vista legal e ambiental, existem riscos de conflito? E, na prática, o que essa mudança representaria para a região e para os pescadores?

Max- Da minha parte, não vejo problema. Acho que é um bom projeto, uma iniciativa interessante que fortalece muito o turismo. Hoje, temos uma grande população de tucunaré no Lago do Manso, o que tem atraído visitantes de fora. Neste final de semana mesmo, uma pousada da região recebeu mais de 20 motociclistas que vieram de Campo Grande justamente para pescar e aproveitar o local. Isso movimenta a economia, gera renda e fortalece um dos nossos grandes potenciais: o turismo de pesca. Particularmente, sou favorável ao projeto, ele tem grande alcance, especialmente no aspecto turístico.

Centro Oeste Popular- Presidente, o senhor se reuniu recentemente com o presidente do TCE. Quais foram os principais assuntos discutidos durante esse encontro?

Max- Sobre consignados, temos uma pauta em comum. O TCE realizou um levantamento por meio de uma mesa técnica e vem acompanhando de forma bastante próxima essa questão dos consignados. A Assembleia também está envolvida nesse trabalho, fazendo o acompanhamento junto ao órgão de controle e outros órgãos que participam desse levantamento. Fizemos um pedido, que será encaminhado pela mesa técnica do TCE, por meio de uma resolução ou decisão colegiada, para que o prazo seja estendido por mais 120 dias, evitando a cobrança, principalmente

pela Capital Consigno, que tem causado muitos transtornos aos nossos servidores. Até o momento, o TCE não teve acesso a todos os contratos, apenas a parte deles, e não podemos aceitar que nossos servidores continuem sendo prejudicados ou que haja dúvidas nesse processo. A situação é realmente preocupante, e precisamos chegar ao final dessa investigação para garantir que os servidores não sejam lesados.

Centro Oeste Popular- Diante das irregularidades apontadas, o senhor acredita que chegou o momento de instalar uma CPI para investigar profundamente essas questões e garantir transparência e responsabilidade?

Max- Eu acho que a investigação está andando bem. A CPI pode até acrescentar, mas, no momento, não vejo elementos adicionais que justifiquem sua instauração, porque o Ministério Público está fazendo um bom trabalho, assim como o Tribunal de Contas do Estado. Não acredito que ouvir pessoas em oitivas vá trazer mais visibilidade ao caso.

Se não conseguirmos avançar, se o Tribunal de Contas não conseguir avançar, muitas vezes ficamos limitados em nossas ações. Por exemplo, fizemos um projeto de lei aqui cancelando a continuidade desse processo, que foi aprovado por todos os deputados, mas acabou sendo derrubado na justiça por uma liminar. Isso realmente nos preocupa bastante, porque uma decisão tomada em uma casa plural como a Assembleia Legislativa, que tem trabalhado ao lado dos servidores e da população de Mato Grosso em discussões sérias como essa, acaba sendo invalidada, comprometendo todo o nosso trabalho.

Centro Oeste Popular- Presidente, tem crescido o registro de manifestações de alunos de escolas estaduais nas redes sociais, com uso de símbolos ligados a facções criminosas, além de relatos de violência inspirada em métodos dessas organizações. Como a Assembleia pretende atuar junto ao governo do Estado para combater essa situação e conter esse aumento preocupante dessas manifestações?

Max- Não podemos aceitar isso, é um absurdo e totalmente inaceitável. Acho que o caso de Alto Araguaia teve uma punição, um exemplo a ser seguido. Quero saudar o Ministério Público e a Justiça, de modo geral, porque realmente foram tomadas providências. E essas providências precisam acontecer sempre que ocorrerem situações assim e tivermos conhecimento. As autoridades têm que agir. Não podemos admitir que se exiba com orgulho símbolos de facções que têm causado tanto mal ao nosso Estado.

Acesse: www.grupomilas.com.br

FUTURO DO HOSPITAL

Santa Casa vai a leilão e governo avalia compra para manter serviços essenciais

Com dívida de R\$ 43 milhões, hospital pode ser arrematado pelo Estado; oncologia pediátrica e hemodiálise não serão interrompidas, afirma secretário

■ Maria Cardoso | Da Redação

O futuro da Santa Casa está sendo acompanhado de perto pelo Governo do Estado, que estuda alternativas para garantir a continuidade dos serviços de saúde prestados à população. Tanto o secretário de Saúde, Gilberto Figueiredo, quanto o deputado Júlio Campos destacaram o compromisso do Estado em manter atendimentos essenciais, como a oncologia pediátrica e a hemodiálise, mesmo diante do leilão.

Com uma dívida superior a R\$ 43 milhões, acumulada durante a antiga gestão do hospital, a alternativa encontrada foi leiloar a unidade hospitalar. O evento será organizado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), com valores estimados próximos à dívida, para que esta possa ser quitada de forma definitiva.

Segundo o secretário Gilberto Figueiredo, o governo avalia a possibilidade de arrematar o imóvel da Santa Casa, com foco especial na continuidade do atendimento aos pacientes em tratamento contra o câncer. Ele garantiu que os tratamentos não



Caso o hospital seja arrematado por uma instituição de saúde privada, o governo será o primeiro a contratar seus serviços para garantir o atendimento aos pacientes

serão interrompidos durante o processo de venda do hospital.

“Não deixaremos nenhum paciente desamparado, seja na área da oncologia, seja na neurologia. Cerca de 70% dos serviços prestados hoje pela Santa Casa serão transferidos para o novo Hospital Central, que oferecerá um nível de atendimento ainda melhor. O cidadão não terá prejuízo; pelo contrário” afirmou.

Figueiredo explicou que existe um plano elaborado para garantir a migração organizada dos pacientes em esta-

do mais crítico para o novo Hospital Central. Caso a gestão do hospital passe para o governo ou para uma instituição contratada, a estrutura será adaptada para continuar servindo à população. O secretário reiterou a intenção do governo de manter o hospital em funcionamento e voltado ao atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ele também afirmou que há possibilidade de o governo adquirir o hospital durante o leilão, mas preferiu não detalhar a estratégia. “Nossa prioridade é a população, os usuários

do SUS e o cidadão que financia esse serviço. Não vamos interromper o atendimento que é oferecido hoje na Santa Casa” disse o secretário.

Gilberto destacou ainda que o governo está preparado para financiar o que for necessário no novo hospital. Ele citou como exemplo o Hospital Geral, o Hospital do Câncer, os hospitais de Nova Mutum e a Santa Casa de Rondonópolis, todos mantidos pelo Estado.

Caso o hospital seja arrematado por uma instituição de saúde privada,

Foto: Reprodução

o governo será o primeiro a contratar seus serviços para garantir o atendimento aos pacientes. No entanto, o secretário afirmou que não existe possibilidade de uma gestão compartilhada entre a entidade e o SUS. Para ele, o hospital deve ter uma administração única, preferencialmente estadual, por questões de economia e eficiência para o cidadão.

O deputado Júlio Campos também afirmou que o governo do Estado está preparado para assumir a Santa Casa, caso não haja interessados no leilão. Ele reforçou que a prioridade é garantir a continuidade dos atendimentos, especialmente nas áreas de oncologia pediátrica e hemodiálise, que hoje não podem ser totalmente absorvidas por outras unidades, como o Hospital de Câncer.

Segundo o parlamentar, a proposta inicial de venda da Santa Casa está fixada em R\$ 54 milhões, mas o valor pode ser reduzido para até R\$ 38 milhões, dependendo da participação no leilão.

“Se não houver propostas, basta algum percentual para que o governo entre na disputa”, declarou Júlio.

A situação da Santa Casa reflete o atual cenário da gestão da saúde em Mato Grosso. O leilão do hospital representa um alívio para as finanças públicas e uma oportunidade de reorganização dos serviços, após meses de dificuldades enfrentadas pelo setor.

O governo já sinalizou que está pronto para agir e garantir que ninguém fique sem atendimento. A prioridade, segundo os representantes estaduais, é manter serviços essenciais como a oncologia pediátrica e a hemodiálise funcionando, independentemente de mudanças na administração.

AGOSTO LILÁS

Jayme Campos cobra celeridade legislativa para enfrentar feminicídios: “Não podemos naturalizar essa violência”

MT mantém liderança em assassinatos

■ Da Redação

Em discurso no plenário do Senado Federal na noite desta quarta-feira (20), o **senador Jayme Campos (União-MT)** fez um apelo por mais agilidade na tramitação de projetos que visam combater a violência contra a mulher. O pronunciamento ocorreu no contexto do “Agosto Lilás”, campanha nacional de enfrentamento à violência doméstica, e destacou os dados alarmantes sobre feminicídios no Brasil, especialmente em Mato Grosso, que pelo segundo ano consecutivo lidera o ranking nacional.

Segundo o senador, o Mapa da Violência revela uma média de quatro mulheres assassinadas por dia no país, e a situação em Mato Grosso exige atenção imediata. Para ele, a resposta a esse cenário está em grande parte nas mãos do Congresso Nacional, onde diversas propostas com potencial de mudar essa realidade seguem paradas há anos.

Entre os projetos citados está o PL 5.019/2013, de autoria do próprio senador, que propõe a criação do Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA). O objetivo é oferecer apoio financeiro e capacitação profissional para mulheres vítimas de violência, visando romper o ciclo de dependência econômica em que muitas se encontram.

“De cada quatro mulheres agredidas, uma não denuncia o agressor porque depende financeiramente dele. Superar essa barreira é uma das maiores dificuldades”, disse o senador.

“Um atraso inexplicável para uma matéria que pode salvar vidas”, completou, referindo-se aos mais de 13 anos que o projeto aguarda votação na Câmara dos Deputados.

Outro projeto destacado foi o PL 1.729/2019, que proíbe a nomeação de pessoas condenadas por violência contra a mulher para cargos públicos. A proposta, segundo



Foto: Senador Federal

“De cada quatro mulheres agredidas, uma não denuncia o agressor porque depende financeiramente dele. Superar essa barreira é uma das maiores dificuldades”, disse o senador

Campos, é uma medida preventiva que impede que agressores ocupem posições de poder, mas também ainda não avançou.

Diante da lentidão na tramitação de projetos antigos, Jayme anunciou a apresentação do PL 808/2025, que prevê a transferência imediata de servidoras públicas vítimas de violência doméstica, sem necessidade de trâmites burocráticos. A ideia é garantir segurança e proteção à integridade física e psicológica dessas mulheres. A proposta altera a Lei Maria da Penha e ainda aguarda análise no Senado.

“Essa realidade é inadmissível. Não podemos naturalizar a violência contra as mulheres. Tratar mulheres com o devido reconhecimento que merecem é uma agenda urgente, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo”, afirmou.

Durante o pronunciamento, a senadora Margareth Buzetti (PP-MT) fez um aparte para apoiar a fala de Jayme e relatar as dificuldades enfrentadas por mulheres que se posicionam em defesa de pautas femininas. Ela também chamou atenção para os números alarmantes da violência de gênero no país. “Nós temos 1.492 mulheres mortas só em 2024. Fora os estupro. É uma selvageria o que acontece com as mulheres”, declarou a senadora.

EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA

Estudantes entregam carta contra militarização de escolas durante evento com ministro Barroso em Cuiabá

Deputada estadual de Mato Grosso aponta falhas na educação e na participação familiar, além de questionar discurso midiático de autoridades e parlamentares

■ Ana Carolina Guerra
Da Redação

Durante uma palestra do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), no Colégio Liceu Cuiabano, em Cuiabá, um grupo de estudantes entregou uma carta criticando a militarização das escolas estaduais de Mato Grosso.

O documento, assinado pelo “Movimento de Estudantes Contra a Militarização das Escolas de Mato Grosso”, questiona a expansão das escolas cívico-militares no estado, que atualmente abrangem cerca de um terço da rede estadual, e relata a ausência de diálogo com professores, pais e alunos na implementação do modelo. Os estudantes também mencionam casos de exclusão da comunidade escolar e restrições à participação estudantil na escolha de diretores. Outro ponto levantado é a instalação de câmeras em salas de aula, que, segundo o grupo, representa uma forma de vigilância excessiva.

O movimento também expressou preocupação com o uso de imagens de crianças em ambientes escolares para fins considerados políticos, mencionando um episódio em que uma aluna foi questionada publicamente sobre conteúdos escolares. Os estudantes classificaram a situação como inadequada e citaram o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A deputada estadual Edna Sampaio (PT) apoiou as críticas dos estudantes à militarização e defendeu mais participação da co-



Foto: Reprodução Site Sintep/MT

Grupo de estudantes entregou uma carta ao ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), criticando a militarização das escolas estaduais de Mato Grosso

munidade escolar nas decisões sobre a gestão das unidades de ensino. A parlamentar também destacou a importância de investir em políticas públicas voltadas para a educação, sobretudo em um cenário de desigualdade social e desafios no ambiente escolar.

O evento no Liceu Cuiabano também contou com a presença do governador Mauro Mendes (União), do presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), José Zuquim, e do secretário estadual de Educação, Alan Porto. Durante o registro de uma foto oficial com autoridades, alguns estudantes fizeram gestos que foram interpretados como alusivos a façanhas criminosas.

Em resposta, o secretário Alan Porto afirmou que a imagem foi retirada das redes sociais e reforçou que qualquer tipo de apologia à violência no ambiente escolar é inaceitável.

Para a deputada Edna Sampaio, episódios como esse evidenciam a necessidade de políticas públicas voltadas à proteção social e ao fortalecimento dos vínculos familiares.

“Precisamos de soluções concretas. Não podemos punir crianças e adolescentes que reproduzem símbolos de violência, mas devemos investir em educação de qualidade, envolver as famílias e criar conselhos escolares com participação ativa de professores e equipes multidisciplinares”, concluiu.

ESCÂNDALO

Hospital Adauto Botelho é alvo de denúncias sobre más condições de trabalho e conduta da direção

Funcionários denunciam más condições de trabalho, violência recorrente e possível conduta inapropriada dentro da unidade; Secretaria de Saúde afirma que investigará caso caso a denúncia seja formalizada

■ Maykom Milas | Da Redação

O Hospital Adauto Botelho, referência em saúde mental em Mato Grosso, tornou-se alvo de denúncias envolvendo supostas condições precárias de trabalho e alegações de conduta inapropriada dentro da unidade. Os relatos apontam uma série de irregularidades que, segundo o denunciante, colocariam em risco a segurança e o bem-estar dos profissionais de saúde.

De acordo com a denúncia, profissionais atuariam diariamente com pacientes de alta periculosidade, sem equipamentos de proteção individual ou suporte adequado. Também são apontadas falhas no cumprimento de direitos trabalhistas, como não pagamento de adicional noturno, horas extras e insalubridade, mesmo diante de condições consideradas extremas.

“O ambiente é insalubre, perigoso, e não temos sequer vigilância armada. Qualquer funcionário está vulnerável a uma agressão a qualquer momento”, afirmou o denunciante, que também denunciou supostos episódios de violência dentro da unidade, que segundo ele seriam recorrentes e subnotificados.

Entre os relatos, há também uma denúncia envolvendo o diretor do hospital, Paulo Henrique, que teria, segundo a denúncia, se envolvido em ato de natureza sexual com outro funcionário nas dependências da instituição. A acusação, de natureza grave, ainda está em fase de apuração.

Procurado pela reportagem, o diretor Paulo Henrique preferiu não se manifestar até

Fotos: Reprodução



Foto: Secom/MT



Paulo Henrique vem querendo queimar a candidatura de Gilberto Figueiredo

o momento. O espaço segue aberto para quaisquer esclarecimentos.

Fontes ouvidas pela equipe, sob condição de anonimato, confirmaram que o clima na unidade é considerado tenso, com relatos de medo entre os trabalhadores, que evitariam se pronunciar publicamente por receio de retaliações.

A equipe do CoPopular também procurou a Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT). O secretário de Saúde, Gilberto Figueiredo, afirmou que, até o momento, a denúncia não foi recebida oficialmente pela pasta. “A partir do momento em que ela se tornar formal, a Secretaria de Saúde irá instaurar um procedimento de apuração. Todas as denúncias são investigadas com rigor, garantindo o direito à ampla

defesa, e quaisquer suspeitas são devidamente analisadas para assegurar transparência e responsabilidade na gestão”, destacou.

As denúncias levantam questionamentos sobre a fiscalização das instituições de saúde mental no estado e podem motivar a atuação de órgãos de controle, como o Ministério Público Estadual, para apuração dos fatos.

Em resposta às denúncias envolvendo o Hospital Adauto Botelho, a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES-MT) encaminhou nota ao jornal Centro Oeste Popular esclarecendo a situação da unidade e as medidas adotadas pela pasta. Confira a íntegra:

Nota

A Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT)

Fotos: Reprodução



Valido lembrar que uma vistoria realizada por peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), ligada ao Ministério dos Direitos Humanos, revelou graves irregularidades no Hospital Psiquiátrico Centro Integrado de Assistência Psicossocial (CIAPS) Adauto Botelho, em Cuiabá, durante os dias 13 e 21 de julho de 2017. O relatório classificou o tratamento oferecido como “cruel, desumano e degradante”.

Entre as situações observadas, destacam-se casos de contenção física e química de pacientes, que foram encontrados amarrados pelo peito, mãos e pés, sob efeito de medicamentos, e sem justificativa clínica adequada para a medida. Mesmo após horas, os mesmos pacientes continuavam nas mesmas condições, o que evidenciaria uso prolongado e inadequado de contenção.

A estrutura física da unidade também foi alvo de críticas. A inspeção apontou precariedade nas instalações, com banheiros sem portas, pouca ventilação nos quartos, ausência de chuveiros e uso de macas como camas. A equipe identificou ainda a naturalização do descaso com os internos.

O relatório também chamou atenção para a vulnerabilidade das mulheres internadas. Segundo os peritos, há ausência de políticas que considerem as especificidades de gênero, exposição inadequada nos banheiros femininos e reforço de estereótipos, como a oferta exclusiva de aulas de culinária e salão de beleza às mulheres.

Diante dos achados, o documento recomenda a revisão de práticas institucionais e estruturais no hospital, bem como a adoção de medidas que garantam os direitos humanos das pessoas em sofrimento psíquico.

informa que o Hospital Adauto Botelho passa por uma reforma de modernização e ampliação, para melhores condições de trabalho aos servidores e melhor atendimento à população.

A pasta esclarece que a unidade dispõe de profissionais capacitados para o manejo de crises psíquicas. O hospital prevê o pagamento de todos os direitos trabalhistas aos servidores e, no caso da insalubridade, o recurso é pago aos profissionais que têm o direito, após solicitação formal.

A SES também enfatiza que não há denúncia formalizada contra o diretor da unidade..

SAÚDE PÚBLICA

Venda irregular de medicamentos controlados é alvo de denúncias em drogaria de Cuiabá

Caso expõe fragilidade da fiscalização e ocorre em meio a crescimento bilionário do mercado farmacêutico no Brasil

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

O jornal Centro Oeste Popular recebeu relatos de consumidores sobre supostas irregularidades envolvendo a venda de medicamentos controlados em uma farmácia recém-inaugurada em Cuiabá. De acordo com os denunciantes, a unidade estaria comercializando remédios de tarja vermelha e preta sem a exigência de receita médica, como determina a legislação sanitária vigente.

As denúncias relatam que, em diversas ocasiões, clientes teriam adquirido psicotrópicos e antibióticos apenas informando o nome do medicamento, sem apresentação de receita médica ou documento de identidade. As práticas descritas, caso confirmadas, podem configurar infrações sanitárias graves e crime contra a saúde pública, conforme os artigos 273 e 280 do Código Penal, cujas penas podem chegar a 15 anos de reclusão, além de multas e sanções administrativas.

Procurado pela reportagem, o proprietário da drogaria negou as acusações e preferiu não conceder entrevista. Novas tentativas de contato foram feitas, mas não houve retorno até o fechamento desta edição.

Especialistas em saúde alertam que a automedicação é um problema crônico no Brasil, atingindo cerca de 90% da população. A venda indiscriminada de medicamentos controlados pode agravar esse cenário, elevando os riscos de dependência química, reações adversas graves e resistência a antibióticos.

Segundo levantamento da Anvisa, o uso de ansiolíticos e antidepressivos cresceu significativamente nos últimos anos. Entre 2014 e 2021, mais de 345 milhões de caixas desses medicamentos foram vendidas no país, com destaque para o clonazepam (nome genérico do Rivotril), que lidera as vendas com mais de 10 milhões de caixas ao ano.

Foto: Reprodução



O caso em Cuiabá ocorre em um momento de expansão acelerada do mercado farmacêutico. Dados da consultoria IQVIA revelam que o Brasil é o terceiro maior consumidor de medicamentos por meio digital no mundo

O caso em Cuiabá ocorre em um momento de expansão acelerada do mercado farmacêutico. Dados da consultoria IQVIA revelam que o Brasil é o terceiro maior consumidor de medicamentos por meio digital no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da Alemanha. Em 2024, mais de 5,4 mil novas farmácias foram abertas no país, o que representa uma média de 22 inaugurações por dia. O setor movimentou R\$ 58,3 bilhões entre janeiro e julho, segundo a Abrafarma.

Diante das denúncias, órgãos de controle como a Vigilância Sanitária, o Conselho Regional de Farmácia (CRF-MT) e o Ministério Público devem ser acionados para averiguar os fatos. As investigações podem incluir fiscalização no estabelecimento, verificação de estoques e análise documental. A Anvisa também poderá atuar, caso haja indícios de infrações à legislação sanitária federal.

A venda de medicamentos controlados sem prescrição é uma prática proibida por lei. Além do risco jurídico para os responsáveis, o maior impacto recai sobre a saúde da população, especialmente em contextos de vulnerabilidade social ou emocional. A automedicação, associada à falta de fiscalização, ainda é um dos maiores desafios enfrentados pelo sistema de saúde pública no Brasil.

A Vigilância Sanitária foi procurada pela reportagem para comentar o caso, mas até o fechamento desta matéria não havia se manifestado.

CASA DO AUTISTA

Espaço histórico em Cuiabá será adaptado para acolhimento e inclusão de pessoas autistas

Foto: Remann Oliveira



O prédio histórico será adaptado para oferecer serviços nas áreas de saúde, educação, esporte e lazer, ampliando o suporte às famílias e fortalecendo políticas públicas inclusivas

■ Da Redação

O projeto de criação do Complexo da Casa do Autista em Cuiabá avançou com uma visita da vice-presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho, às dependências do antigo Colégio Estadual Nilo Póvoas. Acompanhada pelo prefeito e pela primeira-dama, que também é vereadora, Nilza conheceu os primeiros trabalhos realizados no local, como limpeza e levantamento dos projetos técnicos para a reestruturação do prédio.

O espaço será transformado em um centro de referência para atendimento a crianças, adolescentes e adultos autistas, resultado de uma parceria entre a Prefeitura de Cuiabá e o TJMT. A iniciativa já proporcionou capacitações e palestras para cuidadores de alunos com deficiência.

A desembargadora destacou a importância do projeto e sua ligação pessoal com o local,

onde já atuou como professora, e ressaltou o impacto positivo esperado para a comunidade neurodivergente. A primeira-dama afirmou que cerca de R\$ 10 milhões, entre emendas e recursos próprios, estão garantidos para a execução da obra, com previsão de inauguração para o próximo ano.

O prédio histórico será adaptado para oferecer serviços nas áreas de saúde, educação, esporte e lazer, ampliando o suporte às famílias e fortalecendo políticas públicas inclusivas. Para o prefeito, a parceria entre Executivo e Judiciário é fundamental para garantir credibilidade e eficiência ao projeto.

Com essa visita, o Complexo da Casa do Autista avança em direção à concretização, prometendo ser um marco no acolhimento e na promoção da cidadania das pessoas autistas em Cuiabá.

Giulianna Altimari

65 9.9641-0281
giu.megapop@gmail.com

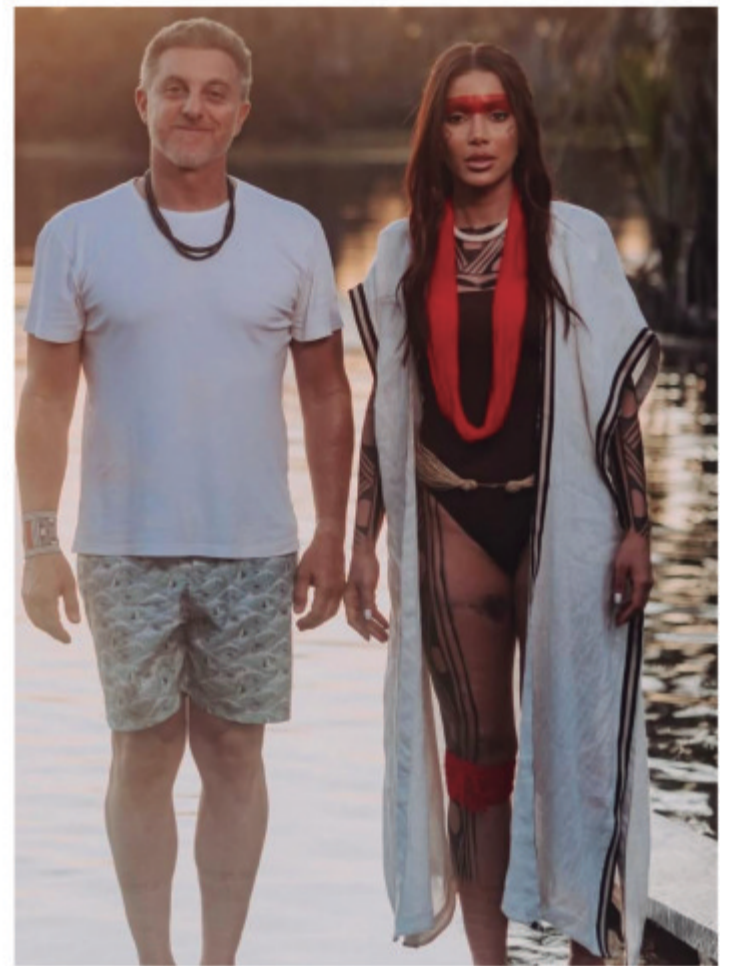
Frases A natureza deve ser vista e respeitada é ela que nos matem vivos. Autor desconhecido



A CANTORA ANITTA E O APRESENTADOR LUCIANO HUCK, VISITA TERRITÓRIO INDÍGENA DO XINGU, EM MATO GROSSO, NO ÚLTIMO FIM DE SEMANA, E SE ENCONTRARAM COM RAONI METUKTIRE, DE 88 ANOS, UMA DAS MAIORES LIDERANÇAS INDÍGENAS DO BRASIL E REFERÊNCIA INTERNACIONAL NA DEFESA DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS.



O APRESENTADOR LUCIANO EM UMA VIVÊNCIA MAIS QUE ESPECIAL



LUCIANO E ANITA



A JUÍZA DRA ÂNGELA GIMENEZ COM O PRESIDENTE DO STF E DO CNJ O MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO



A MEGA EMPRESÁRIA IDE GUIMARÃES EM EVENTO ONDE PASSOU A FAIXA DE MISS



A EMPRESÁRIA ZILDA ZOMPERO AO LADO DO ÍCONE GALVÃO BUENO

Como você pode AJUDAR A APAE?

APAE
Cuiabá - MT



A CANTORA ANITA VIVENCIANDO UM MOMENTO ÚNICO

Com estoques de sangue baixo, Hemocentro faz um alerta para risco em atendimentos

Unidade reforça necessidade de doadores, especialmente dos tipos B- e O-, para garantir abastecimento e salvar vidas em Mato Grosso

Ana Carolina Guerra | Da Redação

O Hemocentro de Mato Grosso, único banco de sangue público do estado, emitiu um alerta devido à queda nos estoques de sangue, principalmente dos tipos B- e O-. A situação preocupa a gestão da unidade, que reforça o convite para que voluntários compareçam e façam a doação. O diretor do MT Hemocentro, Fernando Henrique Modolo, destacou que a manutenção dos estoques de sangue depende da solidariedade da população. Ele ressaltou que, embora todos os tipos sanguíneos sejam necessários, os tipos B- e O- estão em situação crítica no momento, e reforçou o convite para que os voluntários compareçam e realizem a doação.

De acordo com o Ministério da Saúde, os homens podem realizar até quatro doações por ano, respeitando o intervalo de dois meses entre cada coleta. Já as mulheres podem doar três vezes ao ano, com intervalo de três meses. As doações são seguras, levam em média uma hora e não devem ser feitas em jejum, sendo recomendada uma alimentação leve antes do procedimento.

Somente entre janeiro e abril de 2025, o Hemocentro coletou 6.412 bolsas de sangue, com média de 1.603 coletas mensais. O volume representa esforço da equipe e solidariedade da população, mas ainda está aquém da demanda necessária para manter o atendimento regular. Em cada doação, são retirados cerca de 450 ml de sangue, quantidade suficiente para salvar até quatro vidas.

No ano passado, durante o Junho Vermelho, campanha nacional de conscientização so-

Fotos: Reprodução



Somente entre janeiro e abril de 2025, o Hemocentro coletou 6.412 bolsas de sangue, com média de 1.603 coletas mensais. O volume representa esforço da equipe e solidariedade da população, mas ainda está aquém da demanda necessária para manter o atendimento regular

bre a importância da doação de sangue, o Hemocentro registrou 2.115 bolsas arrecadadas apenas no mês, número acima da média. Para 2025, a unidade prepara novas ações especiais, com o objetivo de sensibilizar a sociedade e ampliar a participação dos doadores.

O Hemocentro lembra que a doação de sangue é fundamental para salvar vidas em si-

tuações de emergência, como acidentes graves, cirurgias de grande porte e complicações durante o parto, além de ser essencial no tratamento de pacientes com doenças crônicas, como anemia, hemofilia e câncer. A falta de doações regulares, aliada a mitos e desinformações, ainda é um desafio para manter o equilíbrio dos estoques.

Os interessados em doar podem agendar o atendimento pelo link disponível no site do Hemocentro, pelo WhatsApp (65) 98433-0624 (mensagens) ou pelos números (65) 3623-0044, ramais 2024, 2025 e 2026. A unidade também fornece atestado de comparecimento para justificar ausência no trabalho, inclusive para aqueles que, por algum motivo, não puderem efetuar a doação.

www.cuiaba.mt.gov.br

/prefeituracba @cuiabaprefeitura @cuiabasecom

ISSO NÃO PRECISA *SE REPETIR*
QUEIMADAS EM CUIABÁ
AGORA É CRIME O ANO TODO

DESTA VEZ, PODEMOS FAZER DIFERENTE

DENUNCIE:

Bombeiros
193

Defesa Civil de Cuiabá
(65) 99244.4018

Web Denúncias
sorp.cuiaba.mt.gov.br



PREJUÍZO DE 6 BILHÕES

Rebaixamento da usina hidrelétrica de Colíder causa prejuízos e incertezas no Norte de MT

Medida preventiva da Eletrobras afeta turismo, pesca e receitas municipais em pelo menos quatro cidades

Ana Carolina Guerra | Da Redação

O rebaixamento emergencial de 17 metros no nível do reservatório da Usina Hidrelétrica de Colíder, iniciado em 14 de agosto pela Eletrobras, já provoca impactos econômicos e sociais em municípios do Norte de Mato Grosso. A medida, inédita no Brasil, foi adotada após a identificação de falhas em quatro dos 70 drenos da barragem, o que elevou o nível de risco da usina de "atenção" para "alerta".

O procedimento, que deve durar cerca de 33 dias, tem como objetivo reduzir a pressão sobre a estrutura e permitir uma avaliação técnica detalhada. Segundo a Eletrobras, não há risco iminente de rompimento, mas a retração rápida do reservatório já afeta setores como turismo, pesca e arrecadação municipal.

Os municípios de Colíder, Itaúba, Nova Canaã do Norte e Cláudia são os mais afetados. Pousadas, marinas e empreendimentos ligados à pesca esportiva relatam cancelamentos e prejuízos. Só em Itaúba, três grandes estabelecimentos estimam perdas superiores a R\$ 5,5 milhões no período.

O prefeito de Colíder, Rodrigo Benassi (PRD), afirma que a situação também compromete a arrecadação pública. "Se a usina deixar de gerar energia, os municípios deixam de receber a compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos. Já estamos estudando medidas jurídicas para garantir indenizações", afirmou.

Foto: Reprodução



O início da empresa foi inspirado por um sonho. O fundador, o contador Wanderson Moura, relembra que tudo começou após visitar a indústria de refrigerantes onde seu irmão trabalhava

A falha inicial foi detectada em fevereiro, em um dos drenos da barragem. Entre junho e agosto, outros três apresentaram aumento anormal de vazão. Diante da elevação do risco, a Eletrobras, que assumiu o controle da usina em 30 de maio, determinou o rebaixamento gradual do reservatório – 50 centímetros por dia, até alcançar os 17 metros previstos. Com isso, o lago da usina e o trecho do Rio Teles Pires entre os municípios de Itaúba, Colíder e Nova Canaã do Norte deve retornar ao leito natural temporariamente.

O impacto ambiental também é motivo de preocupação. Moradores de Itaúba relataram a

morte de peixes e dificuldades para navegação no rio. Em Paranaíta, a 207 km de Colíder, o tradicional Fest Praia 2025 foi cancelado devido à baixa no nível da água.

A Eletrobras mobilizou drones, helicópteros, embarcações e equipes especializadas para resgate da fauna aquática e contratou consultorias internacionais para inspecionar a estrutura da barragem. Segundo o presidente da estatal, Antonio Paraul, a prioridade é garantir a segurança e evitar qualquer tipo de acidente.

Apesar das ações emergenciais, prefeitos e empresários pedem definição de com-

pensações financeiras. Itaúba, por exemplo, recebe entre R\$ 400 mil e R\$ 500 mil mensais em compensação hídrica – valor que pode ser reduzido com a queda na geração de energia.

"O lago se tornou um atrativo turístico importante para a região. Pousadas, marinas e empreendimentos foram construídos às margens, movimentando a economia local. Com o rebaixamento, o acesso à água é interrompido, e as atividades ficam inviabilizadas. Esperamos que os prejuízos sejam reconhecidos e compensados", completou Benassi.

Uma história de trabalho e conquistas.

Nos quase dois séculos de história, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso sempre manteve seu papel atuante de representar a população. Sempre pautada pelos interesses da população, abriu suas portas, em 3 de julho de 1835, e, desde então, caminha lado a lado com a população, trabalhando e conquistando melhorias para a vida dos mato-grossenses.

